Pobreza Multidimensional em Silveira Martins-RS: Identificação de Dimensões de Vida Valoradas com a Aplicação do Método Alkire-Foster (AF)¹

MULTIDIMENSIONAL POVERTY INSILVEIRA MARTINS- RS: IDENTIFICATION OF VALUED LIFE DIMENSIONS WITH THE APPLICATION OF THE ALKIRE-FOSTER (AF) METHOD

Resumo

A pobreza tem sido objeto de muitos estudos nos últimos anos e as análises têm evoluído de uma análise tradicional, baseada em dados quantitativos e medidas unidimensionais, representadas pela linha de pobreza, para uma análise mais qualitativa e multidimensional. Considerando as diversas dimensões nas quais os indivíduos sofrem privações, sem negar a importância da renda monetária, o objetivo do presente trabalho é apresentar os aspectos qualitativos da pobreza, por meio da identificação das dimensões de vida mais valoradas pelas próprias pessoas. A base do estudo está na abordagem seniana das capacitações e na realização dos primeiros passos da metodologia de Alkire e Foster (2007) para o cálculo de um índice multidimensional de pobreza. Os sujeitos da pesquisa foram pessoas residentes no município de Silveira Martins, localizado na região central do Rio Grande do Sul. A aplicação dos primeiros passos do método AF permitiu identificar nove dimensões de pobreza como as mais valoradas pelas famílias que foram alvo da pesquisa.

Palavras-chave: pobreza; abordagem das capacitações; dimensões de vida; método Alkire-Foster; medidas multidimensionais.

Solange Regina Marin - marin@smail.ufsm.br

Doutora em Desenvolvimento Econômico pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora do Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria (PPGE&D/UFSM).

Sirlei Glasenapp - sglasenapp11@gmail.com

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). Professora do Departamento Multidisciplinar da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Campus de Silveira Martins;

Janaina Ottonelli - janainaottonelli@gmail.com

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGECO/UFRN); Graduada em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Melody de Campos Soares Porsse - msporsse@gmail.com

Doutora em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pós-Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).

Géssica Mathias Diniz - gessica92eco@gmail.com

Graduanda em Economia na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Carine de Almeida Vieira - carine.a.vieira@gmail.com

Graduanda em Economia na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Artigo submetido no dia 30.08.2012 e aprovado em 24.05.2013

Esta obra está submetida a uma licença Creative Commons

ABSTRACT

Poverty has been the subject of many studies in recent years and the analyses have evolved from a traditional analysis, based on quantitative data and one-dimensional measurements, represented by the poverty line, to a more qualitative and multidimensional analysis. Considering the various dimensions in which individuals suffer privations, without denying the importance of monetary income, the aim of this paper is to present the qualitative aspects of poverty through the identification of those life dimensions most valued by people themselves. The study is based on Sen's Capability Approach and on completing the first steps of the methodology for calculating a multidimensional poverty index, proposed by Alkire and Foster (2007). Survey respondents were residents in the municipality of Silveira Martins, located in the central region of Rio Grande do Sul. It was possible to identify nine dimensions of poverty as the most valued by household research targets.

KEYWORDS: *Poverty, Capability Approach, Life Dimensions, Alkire-Foster Method, Multidimensional Measures.*

1. Introdução

A pobreza tem sido objeto de muitos estudos nos últimos anos e as análises têm evoluído de uma análise tradicional, baseada em dados quantitativos e medidas unidimensionais, representadas pela linha de pobreza, para uma análise mais qualitativa e multidimensional. Nesse sentido, a renda monetária deixou de ser o principal aspecto a ser considerado na análise da pobreza e outros fatores passaram a ser relevantes, desde os mais básicos, tais como acesso à educação, serviços de saúde, saneamento básico, até os mais complexos, como liberdades civis e políticas para que as pessoas possam tomar suas próprias decisões de modo a levar a vida que valorizam.

Ressalta-se que a visão unidimensional da pobreza gera informações importantes para o estudo do problema, pois torna possível a identificação da proporção de pobres existentes em dado local ou a distância da renda em relação a determinada linha de pobreza desses pobres, por exemplo. No entanto, tais informações servem para um objetivo específico, sendo usadas pelos gestores públicos em políticas que visem tirar pessoas dessa situação de pobreza de renda monetária por meio da transferência de recursos. Segundo Sen (2000), a renda

monetária e a riqueza não são desejáveis por si mesmas, mas são importantes meios para que as pessoas possam adquirir ou realizar algo.

Assim, a insuficiência de renda monetária é apenas uma das privações sofridas pelas pessoas. A negação do direito à educação básica, por exemplo, também priva as pessoas da liberdade de exercer a condição de agente de suas vidas. Além disso, ter mais liberdade aumenta o seu potencial para realizar mudanças e influenciar nas esferas política, econômica e social, bem como contribui para o fortalecimento de outros tipos de condições de agente, já que um aumento de liberdade também melhora o poder das pessoas para cuidar de si mesmas, auferir maior nível de educação, uma renda independente, encontrar um emprego, influenciar a saúde dos membros da família e ajudar umas às outras (SEN, 2000).

Somando-se a isso, a carência de assistência à saúde dificulta e põe em risco a vida de pessoas. As que vivem em locais de risco, sem coleta de lixo, rede de esgoto ou de água tratada, sem acesso a atendimento médico básico, vacinas, ou simplesmente sem cuidados com a higiene pessoal, não conseguem ficar livres de doenças evitáveis. Cuidados com saúde podem reduzir a mortalidade infantil, reduzir a natalidade e aumentar a esperança de vida. Ademais, a

negação de direitos civis e políticos, como a proibição às mulheres do direito à educação ou ao voto, impedem que as pessoas participem da vida da comunidade e exerçam seu papel de agentes.

Considerando as diversas dimensões nas quais os indivíduos sofrem privações, sem negar a relevância dos fatores econômicos, o objetivo do presente trabalho é apresentar os aspectos qualitativos da pobreza, por meio da identificação das dimensões de vida mais valoradas pelas próprias pessoas, com base na abordagem seniana das capacitações e na realização dos primeiros passos da metodologia Alkire e Foster (2007). Os sujeitos da pesquisa foram pessoas residentes no município de Silveira Martins, localizado na região central do Rio Grande do Sul.

O interesse justifica-se não apenas diante da evidência do caráter multidimensional da pobreza no estado do Rio Grande do Sul, como enfatizado nos trabalhos de Comim e Bagolin (2002) e Kuhn et al. (2006), mas pela necessidade de identificar fatores que possam ser considerados na elaboração de políticas públicas para reduzir a pobreza, ao mesmo tempo em que incentivem os desenvolvimentos humanos, sociais e, por consequência, econômicos nas diferentes regiões gaúchas. Além dessa introdução, o artigo está dividido em cinco seções. A segunda descreve as noções e as distintas abordagens de pobreza. Na terceira seção, são apresentadas as medidas do desenvolvimento humano e de pobreza e suas dimensões. A seção seguinte mostra os aspectos metodológicos empregados para se alcançar o objetivo proposto. Na quinta seção, os resultados preliminares da pesquisa são apresentados. Na última seção são elaboradas as considerações finais.

2. Definições e Abordagens Teóricas para a Pobreza

Para Codes (2008), desde o princípio do capitalismo, a pobreza atraiu interesses intelectuais e políticos, fazendo com que governos e grupos dirigentes definissem as necessidades dos pobres em relação a suas rendas. Mesmo que tal tema seja estudado há muito tempo, a discussão sobre pobreza ainda é foco de controvérsias, não havendo um consenso sobre a questão das análises e das investigações científicas. Existem, portanto, as noções de pobreza absoluta, relativa e subjetiva. Na primeira, ser pobre é ter menos do que um padrão de sobrevivência física; na segunda, é ter menos posses do que os demais membros da sociedade em que se vive, sendo que tal privação afeta questões de convívio social e depende do modo de vida da sociedade; na noção subjetiva, cada indivíduo pode se autodenominar pobre se sentir que não tem o suficiente para satisfazer as suas necessidades.

Segundo Picolotto (2007) e Santos (2007), a medida de pobreza absoluta pode ser definida de maneira idêntica em qualquer lugar do mundo, pois é determinada com base em valores monetários. Essa medida se ajusta aos países pobres, porque nesses locais a questão da sobrevivência é de grande relevância. Já a pobreza relativa difere de lugar para lugar e está ligada à exclusão social dos indivíduos em relação à sociedade em que vivem. Para Santos (2007, p. 21), o conceito de pobreza relativa é apropriado para países ricos, definindo “necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante em determinada sociedade, o que resulta incorporar a redução das desigualdades sociais como objetivo de políticas públicas.” Conforme Codes (2008), a partir dessas três noções de pobreza, emergiram distintas abordagens teóricas: subsistência

e necessidades básicas dentro da noção de pobreza absoluta, privação relativa na concepção relativizada e privação das capacitações seguindo a abordagem da pobreza como privação das capacitações.

Na perspectiva da subsistência, o pobre é definido como o indivíduo cuja renda não é suficiente para obter o mínimo de alimentos necessários para sua manutenção física. Segundo esse conceito, as necessidades humanas restringem-se às necessidades físicas. No entanto, as pessoas necessitam ir além da reposição de suas energias corporais, pois são seres sociais que desempenham papéis na sociedade. Tal concepção é aceita hoje por organizações internacionais como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional e, como exemplo de medida, tem-se a linha de indigência.

A abordagem das necessidades básicas surgiu na década de 1950, quando a visão multifacetada obteve mais espaço na concepção da pobreza. Segundo essa abordagem, o progresso social poderia ser bem mais auferido pela satisfação das necessidades básicas do que por meio do crescimento econômico. Aceitar as necessidades básicas insatisfeitas é incorporar uma gama maior de necessidades e sair da abordagem centrada na alimentação. Segundo Codes (2008, p. 13), “os proponentes desse conceito têm tido dificuldades de operacionalizá-lo sob a forma de ações e políticas antipobreza”. Essas dificuldades nascem na produção de critérios cabíveis e na escolha dos itens a serem incluídos, pois tais especificações não podem ser absolutas, considerando que dependem de ações sobre o desenvolvimento de cada sociedade.

A privação relativa, dentro da concepção de pobreza relativa, é definida conforme o contexto social em que se

vive, compreendendo, assim, não uma determinada renda, mas sim um “estilo de vida” dentro de cada sociedade. “Seu conceito introduz variáveis mais amplas, chamando a atenção para o fato de que as pessoas podem sofrer privações em diversas esferas da vida” (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p. 5). Assim, ser pobre significa não ter meios suficientes para atuar dentro da sociedade de maneira satisfatória. Ou seja, pobre é a família que possui privação em um determinado conjunto de bens que é consensual com o padrão de vida de sua comunidade.

Conforme Codes (2008), as pessoas pobres, na concepção de privação relativa, são aquelas que não obtêm suficientes recursos e condições de vida (alimentação adequada, conforto e serviços) que lhes permitam desempenhar papéis, participar de relacionamentos e seguir o comportamento que lhes é esperado como membros de uma sociedade. Tal abordagem, como Crespo e Gurovitz (2002) afirmam, apesar de mais elaborada e ampla, tem mais dificuldades de utilização, levando em conta a necessidade de definição da extensão e da severidade da não participação das pessoas que sofrem a escassez de recursos.

Entre essas abordagens teóricas, a pobreza definida como insuficiência de renda monetária ainda é preferencialmente utilizada, devido à facilidade de agregação e comparação dos índices entre regiões e países. Também é comumente empregada pela administração pública para a definição de quais pessoas são pobres e, conseqüentemente, atendidas por uma política pública de combate à pobreza. Por isso, é importante saber qual noção de pobreza está servindo de base para cada tipo de política pública, porque, dependendo do conceito adotado, o número e as características de pobres serão diferenciados.

Esse conceito de pobreza baseado exclusivamente na renda monetária auferida pelas pessoas implica distinguir a pobreza absoluta da pobreza relativa. Mas, além da questão da pobreza relativa, está o caráter multiface da pobreza, uma vez que a dimensão renda não seria a única e exclusiva fonte de privação de uma pessoa. Assim, apesar de a medida unidimensional como base de políticas públicas ser comumente usada, existe uma evolução acerca do caráter multiface da pobreza, que, por sua vez, requer medidas multidimensionais. Essa evolução acompanha a discussão sobre o conceito de desenvolvimento humano.

Os estudos de Amartya Sen (1981; 1993; 1999; 2000; 2002) mostram que há a necessidade de considerar outras variáveis, além da renda, para medir a pobreza, tais como acesso à educação, saúde, habitação, saneamento e também a liberdade de escolha entre os tipos de vida que uma pessoa tem razão de valorizar. Para o referido autor, a pobreza pode ser entendida como um processo de privação de capacitações.

A perspectiva da pobreza como privação de capacitações expandiu o seu âmbito conceitual, inserindo a reflexão acerca da pobreza no campo de pensamento sobre justiça social, sobre igualdades e desigualdades, culminando numa elaboração que, sem negar a relevância dos fatores econômicos, enfatiza as conotações legais, as implicações políticas e sua pertinência social (CODES, 2008).

O importante é destacar que a pobreza tem um caráter que é, ao mesmo tempo, absoluto e relativo, isto é, a posse de determinados bens que afeta o convívio social e a percepção da privação de bem-estar varia em conformidade com cada sociedade. A essência da pobreza possui um núcleo absoluto agregando suas características intrínsecas – fome e inanição – e apresenta

as necessidades humanas básicas que são comuns a todas as situações. Mas, mesmo sob uma perspectiva absolutista, a linha de pobreza será função de algumas variáveis que mudam ao longo do tempo (SEN, 1983; 2000; 2001).

Para Sen (2000), a concepção de privação relativa voltou-se para o fato de que as pessoas podem sofrer privações das suas capacitações básicas, que são combinações alternativas de funcionamentos de possível realização.

O conceito de “funcionamentos”, que tem raízes distintamente aristotélicas, reflete várias coisas que uma pessoa pode considerar valioso fazer ou ter. Os funcionamentos valorizados podem variar dos elementares, como ser adequadamente nutrido e livre de doenças evitáveis, a atividades ou estados pessoais muito complexos, como poder participar da vida da comunidade e ter respeito próprio. (SEN, 2000, p. 95).

A “capacitação” [capability] de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela. Portanto, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos (ou, menos formalmente expresso, a liberdade para ter estilos de vida diversos). Por exemplo, uma pessoa abastada que faz jejum pode ter a mesma realização de funcionamento quanto a comer ou nutrir-se que uma pessoa destituída, forçada a passar fome extrema, mas a primeira pessoa possui um “conjunto capacitário” diferente do da segunda (a primeira pode escolher comer bem e ser bem nutrida de um modo impossível para a segunda). (SEN, 2000,

p. 95)

A perspectiva da capacitação melhora o entendimento da natureza e das causas da pobreza e da privação, desviando a atenção dos meios (renda) para os fins que as pessoas têm razão para buscar e para as liberdades de poder alcançar esses fins. De qualquer forma, como a renda é um meio fundamental na obtenção de capacitação, ambas as perspectivas (inadequação de capacitação e pobreza com baixo nível de renda) estão vinculadas. Com uma educação básica e serviços de saúde melhores, há um aumento no potencial do indivíduo de auferir renda e de, assim, livrar-se da pobreza medida pela renda. Quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a penúria.

Assim, a pobreza deve ser entendida como a privação da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm. A expansão das capacitações humanas enquadra-se justamente nesse ponto. Ao mesmo tempo, não se pode esquecer que a expansão das capacitações humanas tende a caminhar junto com a expansão das produtividades e do poder de auferir renda: um aumento de capacitações ajuda direta e indiretamente a enriquecer a vida humana e a tornar as privações humanas mais raras e menos crônicas.

Ao entender a pobreza na perspectiva das capacitações, o pesquisador é levado a considerar vários aspectos da vida humana, e não apenas a dimensão material da renda monetária. Esse reconhecimento de que a pobreza tem uma natureza multidimensional remete ao exame de como identificar as dimensões de vida mais valoradas

para as pessoas ao se estudar pobreza e desenvolvimento humano.

3. Dimensões do Desenvolvimento Humano e da Pobreza

A renda monetária é necessária para a obtenção de condições dignas de vida, porém uma análise da pobreza baseada unicamente nesse indicador pode esconder outras fontes de privação da pessoa que não são captadas diretamente pela variável renda. A perspectiva das capacitações de Sen (2000) nos mostra, por exemplo, que o bem-estar das pessoas pode ser aferido por meio das liberdades políticas, da facilidade econômica, das oportunidades sociais, das garantias de transparência e vários outros indicadores. Com base nisso, foram iniciadas, ainda nos anos de 1990, tentativas de mensurar o desenvolvimento humano e a pobreza na sua multidimensionalidade. As medidas usadas são o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Desigualdades (IDHAD), Índice de Desigualdade de Gênero (IDG), Índice de Pobreza Humana (IPH) e Índice Multidimensional de Pobreza (IMP).

O IDH, medida de desenvolvimento humano que permite comparações internacionais, compreende três dimensões básicas: longevidade, educação e renda. A primeira dimensão é representada pela expectativa de vida ao nascer. A segunda engloba duas variáveis: a taxa de alfabetização e a taxa combinada de matrículas dos níveis primário, secundário e superior. O PIB *per capita*, corrigido para refletir as disparidades no poder de compra, é utilizado para medir a dimensão renda. Varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total) (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA

O DESENVOLVIMENTO, 2007).

O IDHAD² capta as distorções no desenvolvimento humano decorrentes das desigualdades na saúde, na educação e no rendimento. Ele considera, além das dimensões saúde, educação e rendimento, a maneira como essas dimensões estão distribuídas. Dessa forma, em uma sociedade onde todos os indivíduos tivessem o mesmo bem-estar e oportunidades, o IDH seria igual ao IDHAD. O relatório de desenvolvimento humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2010) destaca o IDHAD como um índice potencial, o máximo atingido caso não houvesse desigualdades, e a diferença entre os dois índices é a perda causada pela desigualdade. Segundo o relatório mencionado, “as perdas nas três dimensões variam nos diferentes países de 1% na educação (República Checa) até 68% no rendimento (Namíbia) e tendem a ser maiores em países com baixo IDH” (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2010, p. 90).

O IDG, que mostra as disparidades de gênero na saúde reprodutiva, na capacitação e no mercado de trabalho, capta perdas decorrentes das desigualdades de gênero e varia entre 0 e 1, sendo 0 para nenhuma desigualdade e 1 para todas as desigualdades. O IDG aumenta quando há correlação de desigualdades entre as dimensões. O relatório de desenvolvimento humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2010) mostra que há perdas que variam de 17% a 85%.

O IPH, introduzido no relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em 1997, é uma medida da pobreza, país a país, sob uma perspectiva de desenvolvimento humano, baseada em três variáveis: vulnerabilidade à morte prematura, analfabetismo e padrão de vida

abaixo do aceitável, o que compreende a falta de acesso a serviços de saúde, água potável e alimentação adequada. Desse modo, o IPH está focado na situação e no acompanhamento do progresso da parcela da população com maiores privações na comunidade.

A diferença entre o IDH e o IPH está no fato de que o primeiro analisa as condições de toda a população (global) e o segundo analisa apenas os aspectos de determinada população pobre (focal). Dessa forma, “contrariamente ao IDH, o IPH não se baseia em valores médios e o seu resultado pode ser visto como percentual da população que apresenta as características de pobreza” (ROLIM, 2004, p. 518). Ainda existem outras versões do IPH, o IPH-1, o IPH-2 e o IPH-M, que medem, respectivamente, a pobreza nos países em desenvolvimento, nos países industrializados e nos municípios brasileiros.

O IMP, medida criada para substituir o IPH, passou a ser publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2010) a partir de 2010. O IPH utilizava as médias dos países para refletir privações agregadas na saúde, educação e no padrão de vida, não identificando indivíduos, famílias ou grupos que sofressem privações em conjunto. O novo IMP capta quantas pessoas sofrem privações sobrepostas e quantas privações enfrentam em média. Também pode ser discriminado por dimensão para mostrar como modifica a composição da pobreza multidimensional em incidência e em intensidade nas diferentes regiões, grupos étnicos, trazendo implicações úteis para as políticas.

O IMP usa 10 indicadores para medir três dimensões da pobreza familiar:

educação, saúde e padrão de vida. Também pode ser usado como uma ferramenta para apontar as pessoas mais vulneráveis, mostrando aspectos em que são carentes, e ajuda a indicar as interconexões entre as privações. O índice proposto ainda mostra a intensidade da pobreza que cada família sofre, usando como instrumento a soma ponderada de privações. Isso permite que os formuladores de políticas possam direcionar os recursos de maneira mais eficaz, focalizado a fonte de pobreza de uma região, grupo populacional ou nação, e dirigir suas metas de desenvolvimento em conformidade com as respectivas privações.

Cada uma das dimensões que compõem as medidas descritas anteriormente pode ser entendida, segundo Alkire (2002, p.182), como “qualquer um dos aspectos componentes de uma situação específica”, e a característica-chave das dimensões é que elas são aspectos componentes do desenvolvimento humano, por exemplo, que coexiste com outros componentes.

Segundo Alkire (2002), a necessidade de se especificarem dimensões surge de diversas razões. A primeira delas ocorre em função do objetivo multidimensional do desenvolvimento humano, pois a pobreza precisa ser reduzida e o bem-estar precisa ser melhorado, e isso requer papéis normativos semelhantes a uma utilidade maximizadora. Uma segunda razão fundamental é prática e relaciona-se com a necessidade de metodologias efetivas para comunidades, para avaliar os *tradeoffs*. A terceira razão é que um conjunto de dimensões pode ajudar grupos a identificar impactos não intencionais. A razão final diz respeito simplesmente à ideia de economia política: teorias que não são de uso amigável não se espalham.

As dimensões precisam ser entendidas como capacitações, como

defende Sen (2000). O desenvolvimento acontece quando há uma expansão dessas capacitações, ou seja, da liberdade das pessoas ou grupos de promoverem ou alcançarem funcionamentos (seres e fazeres) valiosos, que, no seu conjunto, compreendem um tipo de vida. No entanto, uma questão importante é como definir dimensões do desenvolvimento humano que satisfaçam tanto as preocupações de Sen (2000) quanto as dos seus críticos.

Para Alkire (2002, p. 182), a chave para especificar dimensões está na abordagem de John Finnis (apud ALKIRE, 2002), que busca identificar as razões ou valores básicos das pessoas para suas ações por meio de um processo introspectivo de questionamento: “Por que eu/outros fazem o que fazemos?”. Como resultado, tem-se um conjunto de razões básicas e simples para agir que refletem os funcionamentos humanos. Na abordagem de Finnis (apud ALKIRE, 2002), foram definidas as seguintes razões básicas para atuar: saúde; conhecimento e experiência estética; algum grau de excelência no trabalho ou esporte; amizade; autointegração; autoexpressão ou razoabilidade prática; religião. Como essas razões básicas para a ação são um conjunto das razões por meio das quais as pessoas agem na busca de plenitude ou bem-estar, ou, ainda, do desenvolvimento humano, elas podem ser consideradas como as dimensões do desenvolvimento humano.

Assim, dimensões do desenvolvimento humano são incomensuráveis, não hierárquicas, irredutíveis e, portanto, tipos de fins humanos. Dimensões não dizem respeito à ideia de quão boa a vida é, mas são valores ou motivos para a ação, que as pessoas são capazes de reconhecer, baseando-se na razão prática, ou seja, na sua própria experiência ou observando a experiência de outras pessoas. Podem ser comparadas

com cores primárias, a partir das quais se pode gerar uma gama infinita de tons, sendo que cada pintura (ou a vida da comunidade) não usa todos ou mesmo a maioria dos tons.

Além das dimensões definidas por Finniss (apud ALKIRE, 2002), outras listas de dimensões do desenvolvimento humano, apresentadas

no Quadro 1, também fundamentaram o presente estudo, especialmente na construção do instrumento de pesquisa que possibilitou a identificação das dimensões mais valoradas pelas pessoas alvo da pesquisa, como será discutido na próxima seção.

Quadro 1 - Dimensões do desenvolvimento humano.

Principais autores	Listas	Dimensões
<i>Nussbaum (2000)</i>	Capacitações humanas centrais	Vida; saúde do corpo; integridade do corpo; sentido, pensamento e imaginação; emoções; raciocínio prático; afiliação; outras espécies; interação; controle sobre o próprio ambiente.
<i>Max-Neef (1993)</i>	Categorias axiológicas	Subsistência; proteção; afeto; compreensão; participação; lazer; criação; identidade; liberdade.
<i>Narayan et al. (2000)</i>	Dimensões do bem-estar	Bem-estar material; bem-estar do corpo; bem-estar social; segurança; liberdade de escolha e ação; Bem-estar psicológico.
<i>Schwartz (1994)</i>	Valores humanos	Poder; realização; hedonismo; estimulação; autodireção; universalismos; benevolência; tradição; conformidade; segurança.
<i>Cummins (1996)</i>	Domínios da satisfação humana	Bem-estar material; saúde; produtividade; intimidade/amizade; segurança; comunidade; bem-estar emocional.
<i>Ramsay (1992)</i>	Necessidades humanas	Sobrevivência física; necessidades sexuais; segurança; amor e parentesco; opinião e identidade; autorrealização.
<i>Doyal e Gough (1991/1993)</i>	Necessidades intermediárias	Comida nutricional/água; casa protegida; trabalho; ambiente físico; cuidado de saúde; segurança na infância; relações primárias significantes; segurança física; segurança econômica; controle de nascimento seguro/fertilidade; educação básica.

Fonte: Adaptado de Alkire (2002, p. 203).

Depois de entendida a conceituação de dimensão, é preciso pensar em como escolher as dimensões a serem usadas no estudo. Segundo Alkire (2008), existe um grande número de pesquisadores que escolhem dimensões para analisar a pobreza multidimensional, mas que não explicam suas razões pelas escolhas, criando um problema. Dessa forma, o leitor é incapaz de sondar as dimensões escolhidas, confiar ou questioná-las. Portanto, as dimensões são escolhidas por conveniência, com base nos valores das pessoas ou por convenção dentro da literatura. Robeyns (apud ALKIRE, 2008) sugere que é de grande valor quando os autores descrevem explicitamente como e por que eles escolheram as dimensões.

As dimensões, quando pensadas para avaliar a privação das capacitações, não devem formar uma lista fixa. A abordagem das capacitações deve ser aplicada de modo diferente dependendo do local e da situação, do nível de análise, da informação disponível e do tipo de decisão. O método será plural e as técnicas empregadas devem considerar cada contexto. O que a perspectiva das capacitações oferece é um quadro em relação ao qual a investigação da pobreza multidimensional e várias questões de política podem ser analisadas e as múltiplas privações que muitos sofrem podem ser reduzidas (ALKIRE, 2008).

Para selecionar dimensões, a abordagem seniana orienta que a principal preocupação na escolha de dimensões é que elas sejam coisas que as pessoas valorizam e têm razão para valorizar porque expandem a liberdade individual ou dos grupos. É importante notar que, se os domínios constantes em uma comparação destinam-se a representar o bem-estar de uma comunidade e devem ser usados para fins de política, então esses domínios devem

ser capazes de ser criticamente examinados e desafiados pelas pessoas envolvidas em uma base contínua, e alterados, se eles ficam aquém. Isso implica a necessidade de algum processo que pode expor as questões de valores. Como esclarece Sen (2000), o processo não precisa ser uma democracia formal, nem é necessária a participação deliberativa profunda, mas alguma atenção para os valores das pessoas se afigura essencial (ALKIRE, 2008).

Com base na abordagem seniana, Alkire (2008) afirma que, em um contexto democrático, os valores são dados por meio de uma fundamentação da sua relação com os julgamentos informados pelas pessoas envolvidas, devido à necessidade de certificar-se que os pesos – ou intervalos de pesos – utilizados permanecem abertos à crítica e, no entanto, desfrutam da aceitação do público. Ainda destaca distintas razões para considerar certas dimensões que dependem da natureza do exercício: importância fundamental para alcançar metas de redução da pobreza; outros resultados esperados de investimentos que devem ser monitorados e medidas de pobreza diretas que representam uma pessoa ou uma população. Salienta que Sen (2000) argumenta que capacitações-chave devem ser selecionadas, mas é contra a especificação de uma única lista de capacitações a ser aplicada em todos os momentos e lugares. A posição de Sen (2000) deixa pesquisadores sem qualquer orientação sistemática de como escolher as capacitações ou domínios em diferentes contextos.

No entanto, apesar de a seleção das dimensões ser complexa, Alkire (2008) identifica cinco processos pelos quais essa seleção pode acontecer: (1) usar os dados existentes; (2) fazer suposições – talvez com base em uma teoria; (3) desenhar em uma

lista existente que foi gerada por consenso; (4) usar um processo constante de participação deliberativa; (5) propor dimensões com base em estudos empíricos sobre os valores das pessoas e/ou comportamentos.

4. Aspectos Metodológicos

Segundo Alkire e Foster (2007), a mensuração da pobreza multidimensional deve se basear em alguns critérios, tais como: ser compreensível e fácil de descrever; estar em conformidade com o “senso comum” de noção de pobreza; servir de orientação aos pobres e a formulação de políticas; ser tecnicamente sólida; operacionalmente viável; e ser facilmente replicável.

Quanto ao procedimento de pesquisa, os autores destacam 12 passos a serem seguidos para obter-se uma medida de pobreza multidimensional: (1) escolher a unidade de análise; (2) escolher as dimensões; (3) definir os indicadores para cada uma das dimensões consideradas; (4) estabelecer linhas de pobreza (faixas que identifiquem o indivíduo como pobre ou não pobre em determinada dimensão); (5) aplicar as linhas de pobreza (identificar a privação ou não do indivíduo em cada indicador dentro das dimensões: não privado é o que possui valores acima do ponto estabelecido e privado é aquele que está abaixo dessa linha de corte); (6) contar o número de privações de cada indivíduo; (7) estabelecer o segundo corte (identificado como k , que dá o número de dimensões em que uma pessoa deve ser privada para considerá-la multidimensionalmente pobre); (8) aplicar a linha k para obter o grupo de pessoas pobres e omitir os dados das pessoas que não são consideradas pobres (os não pobres recebem zero nos resultados das dimensões); (9) calcular a incidência H (a proporção de pessoas pobres que são privadas em k ou mais das dimensões

sobre o total de indivíduos analisados); (10) calcular o hiato de pobreza média A (proporção de privações que cada pessoa pobre sofre sobre o total de dimensões somado ao mesmo cálculo das demais, dividido pelo total de pessoas pobres); (11) calcular a incidência ajustada M_0 ($H \times A$); (12) decompor por grupos e segmentar por dimensões (M_0 pode ser decomposto para cada subgrupo da população, depois disso pode-se analisar a contribuição de cada dimensão para a pobreza geral; A é dividido pelos pobres na dimensão j , resultando em A_j que, multiplicado por H , leva a M_{0j} , a dimensão ajustada que mostra a participação da dimensão j na pobreza global).

Alkire e Foster (2007) destacam algumas propriedades que tornam M_0 interessante: pode ser calculado para diferentes grupos da população; o nível de pobreza aumenta se uma ou mais pessoas se tornam privadas em uma dimensão adicional – é sensitivo à multiplicidade de privações; é ajustado para o tamanho do grupo para que está sendo calculado, permitindo comparações internacionais; pode ser decomposto em dimensões de modo a revelar aos formuladores de políticas qual dimensão contribui mais para a pobreza multidimensional em uma dada região ou grupo populacional.

A escolha do método AF para o estudo no município de Silveira Martins decorreu do objetivo de não apenas identificar quem são os pobres, mas, sobretudo, verificar o quão pobre os indivíduos são nas suas diferentes dimensões de vida. O intuito é encontrar quais dimensões são as que mais apresentam restrições de oportunidades para as pessoas pobres, visando informar aos gestores públicos, para que sejam pensadas políticas de redução de pobreza.

Por isso, na presente pesquisa realizada em Silveira Martins, o foco está primeiramente em identificar as dimensões mais valoradas pelas próprias pessoas, e não partir de uma única lista previamente estabelecida pelos pesquisadores.

Para tanto, foram implementados os dois primeiros passos da metodologia de Alkire e Foster (2007), seguindo-se os procedimentos especificados por Alkire (2008) para a seleção das dimensões, ou seja, foram empregados dados existentes, levantadas suposições com base na perspectiva das capacitações e, por meio de pesquisa de campo, utilizou-se um processo de participação deliberativa das pessoas consideradas pobres.

5. Dimensões de Vida Valoradas em Silveira Martins

5.1. Informações Secundárias

O município gaúcho de Silveira Martins pertence à microrregião geográfica de Restinga Seca, localizado na mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense, e situa-se a cerca de 300 km da capital do estado (Porto Alegre).

Em 2010, a população residente no município era de 2.449 habitantes, sendo que 45% desse total representavam a população urbana e 55%, a população rural. Em 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* a preços correntes do município foi de R\$ 11.617,43, sendo que no estado o PIB *per capita* foi de R\$ 23.606,00. Além disso, conforme dados da Fundação de Economia e Estatística do RS (2010), Silveira Martins é o município com menor PIB *per capita* dessa microrregião. Os domicílios com rendimento total de até um salário mínimo representavam no município 50,31% em 2010, os com

rendimento entre um salário e menos de cinco salários mínimos correspondiam a 43,67% e os com mais de cinco salários correspondiam a apenas 4,31%. No mesmo ano, o valor do rendimento nominal médio das pessoas de 10 anos ou mais era de R\$ 769,14. Conforme o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2012), em 2010, no município em estudo, existiam 121 pessoas na extrema pobreza⁵, sendo 52 na área rural e 69 na área urbana. Em termos percentuais, 4,9% da população de Silveira Martins encontrava-se na extrema pobreza, com maior intensidade na área rural.

Com relação ao perfil educacional da população de Silveira Martins, a taxa de alfabetização das pessoas de cinco anos ou mais era de 93,52% em 2010. Considerando as pessoas de 10 anos ou mais, por nível de instrução, 1.276 pessoas encontravam-se sem instrução e com o nível fundamental incompleto, 353 tinham os níveis fundamental completo e médio incompleto, 421 tinham os níveis médio e superior incompletos e apenas 113 tinham concluído o ensino superior.

Já no que diz respeito às características dos domicílios, no mesmo ano, 97,17% possuíam banheiro para uso exclusivo, 52,89% tinham acesso à rede geral como forma de abastecimento de água, 99,26% tinham energia elétrica, 91,1% tinham acesso à coleta de lixo e 43,2% apresentavam escoamento adequado (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Quando se analisa o mercado de trabalho por meio da distribuição de postos de trabalho formais, observa-se que, em 2010, o setor de administração pública era o de maior volume de postos de trabalho (104 postos), seguido pelo setor de indústria de transformação (71 postos), e, juntos, representavam 66% dos empregos formais.

Os outros setores de destaque eram os de comércio e serviços, com 40 e 39 postos de trabalho, respectivamente (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2012).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2012), a receita orçamentária do município passou de R\$ 4,5 milhões, em 2005, para R\$ 6,7 milhões, em 2009, o que retrata uma alta de 48,2% no período ou 10,34% ao ano. A proporção das receitas geradas pelas atividades econômicas do município, comparativamente à receita orçamentária total, passou de 9,91%, em 2005, para 15,50%, em 2009. A dependência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) aumentou no município, passando de 55,51% da receita orçamentária, em 2005, para 59,95%, em 2009, ficando acima da registrada para todos os municípios do Rio Grande do Sul, que foi de 19,57% em 2009. As despesas com administração corresponderam a 32,8% das despesas municipais, educação, a 21,3%, saúde, a 21,2%, urbanismo, a 5,3% e agricultura, a 4,6%. Em assistência social, as despesas alcançaram 1,58% do orçamento total, valor esse inferior à média de todos os municípios do estado, de 2,61%.

5.2. Informações Primárias

A Universidade Federal de Santa Maria, com intuito de expandir a educação pública superior, via processo Reuni, criou a Unidade Descentralizada de Educação Superior da UFSM em Silveira Martins, com a justificativa de cumprir o papel que é atribuído à universidade pública brasileira no processo de investimento em educação como uma das metas para acelerar o desenvolvimento econômico regional e nacional. Também objetiva possibilitar a ampliação da capacidade

de economias locais para crescerem sustentavelmente e até fomentarem uma reconversão econômica. Com o intuito de investigar de maneira mais subjetiva a realidade do entorno desse *campus* descentralizado e saber das carências existentes, optou-se em fazer a pesquisa no município sede, tendo como base pesquisas já realizadas em outros municípios do Rio Grande do Sul e estudos similares.

O primeiro passo da metodologia AF é a definição da unidade de análise – neste caso, as famílias de Silveira Martins (RS). Com base nos trabalhos de Barros, Carvalho e Franco (2006), Santos (2007) e Marin e Ottonelli (2008), foi delineado um instrumento de pesquisa preliminar aplicado a 25 famílias de Silveira Martins, nos meses de outubro e novembro de 2011, selecionadas de maneira aleatória, em diferentes bairros do município, para definir quais seriam as dimensões de vida consideradas no instrumento de pesquisa definitivo. Salienta-se que, em uma pesquisa anterior⁶, a definição das dimensões ficou a cargo da percepção dos próprios pesquisadores. Porém, para a atual pesquisa, o interesse estava em identificar as dimensões mais valoradas pelas próprias pessoas alvo da pesquisa⁷, conforme destacado na Abordagem das Capacitações de Sen (2000) e nos trabalhos de Alkire (2002, 2008).

O levantamento preliminar junto às 25 famílias de Silveira Martins teve por base a investigação das razões ou valores básicos das pessoas para suas ações por meio de um processo introspectivo de questionamento, levando em consideração as seguintes perguntas: “Como você sabe que alguém é pobre ou rico?”; “Olhando para vizinhos e conhecidos, quais seriam as principais dificuldades que eles enfrentam?”;

“Destas que você citou, saberia identificar a mais grave?”; “O que vocêalaria sobre pobreza?”; “Por que ela existe?”; “Como você avaliaria a tua vida e da tua família (nota de 1 a 10)?”; “Quanto você precisaria ganhar mensalmente para você e sua família viverem bem?”; “O que vocês fariam com esse dinheiro?”; “Quais são os problemas mais graves que você vê com as pessoas mais pobres no seu bairro?”. Seguindo o método AF, essa fase caracteriza o segundo passo – definição das dimensões.

Quando perguntadas sobre como sabem que alguém é pobre ou rico, as pessoas foram unânimes em dizer que a distinção é feita pelas roupas e pelo modo de agir. Os entrevistados julgaram que alguém vestido com roupas mais refinadas e que fale e aja demonstrando conhecimento é uma pessoa rica.

A segunda questão foi relacionada à visão que os indivíduos têm da situação de vizinhos e conhecidos, identificando, a partir do ponto de vista dos entrevistados, as principais dificuldades que aqueles enfrentam e, destas, quais seriam as mais graves. Obtiveram-se respostas variadas, relacionadas à problemática alimentar e da saúde, mas o que sobressaiu foi a falta de

emprego como a maior dificuldade enfrentada no município.

Além disso, quando questionadas sobre a pobreza e a razão de sua existência, persistiu a falta de emprego como sinônimo de pobreza e a falta de oportunidade como condição para essa deficiência. As desigualdades sociais e de renda permaneceram como limitação ao desenvolvimento da comunidade.

Também foi pedido aos entrevistados que respondessem à pergunta “Quais são os problemas mais graves que você vê que as pessoas mais pobres do seu bairro sofrem?” e os ordenassem, atribuindo 1 para o pior, 2 para o segundo pior e assim por diante. O Quadro 2 mostra os problemas citados pelos 25 entrevistados, bem como o *ranking* individual para tais problemas.

Na pesquisa de campo preliminar, foram identificadas as seguintes dimensões mais recorrentes: saúde; trabalho/renda; habitação; segurança; educação; acesso aos serviços básicos; preconceito; comer adequadamente e participação. Ressalta-se que as dimensões felicidade e educação ambiental foram identificadas pela pesquisa, mas não foram consideradas relevantes pelos entrevistados.

Quadro 2 - *Ranking* dos problemas enfrentados segundo os entrevistados. (Continua)

Problemas mais graves que você vê que as pessoas mais pobres do seu bairro sofrem:	Ranking de prioridade individual											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1. Habitação			3	1	4		2		4			
2. Saúde	3	1		2	3	1	1		1	1	1	1
3. Trabalho e renda		4		3		2	3	2		2	2	3
4. Educação	4		1		2			4		4	4	
5. Segurança		3										
6. Serviços básicos	1		4	4								
7. Preconceito			2		1	3		3		3	3	2
8. Felicidade e orgulho próprio		2					4		3			
9. Alimentação									2			4
10. Participação (política, comunitária)												

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em dados da pesquisa de campo preliminar.

Quadro 2 - *Ranking* dos problemas enfrentados segundo os entrevistados. (Continuação)

Problemas mais graves que você vê que as pessoas mais pobres do seu bairro sofrem:	Ranking de prioridade individual											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1. Habitação			3	1	4		2		4			
2. Saúde	3	1		2	3	1	1		1	1	1	1
3. Trabalho e renda		4		3		2	3	2		2	2	3
4. Educação	4		1		2			4		4	4	
5. Segurança		3										
6. Serviços básicos	1		4	4								
7. Preconceito			2		1	3		3		3	3	2
8. Felicidade e orgulho próprio		2					4		3			
9. Alimentação									2			4
10. Participação (política, comunitária)												

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em dados da pesquisa de campo preliminar.

6. Considerações Finais

A pobreza como um problema de privação de capacidades precisa ser entendida como multifacetada para que os estudos que visem à sua erradicação possam refletir a realidade do local estudado e servir como base para a elaboração de políticas públicas. Para que ocorra uma melhor distribuição de recursos e atendimento às privações sofridas pelos indivíduos, é preciso fazer estudos que considerem as particularidades, a cultura, as condições de vida desses indivíduos e, por isso, a comunidade precisa ser consultada para que se possa descobrir quais são as privações sofridas e quais são consideradas por eles mais importantes e necessárias na sua vida.

Este trabalho mostrou os resultados da pesquisa preliminar sobre a pobreza multidimensional por meio da execução das duas primeiras fases do método AF: escolher a unidade de análise e definir as dimensões. A unidade de análise escolhida foram as famílias residentes no município de Silveira Martins e as dimensões foram definidas com base na pesquisa de campo preliminar, que buscou identificar as dimensões consideradas pelos entrevistados como os principais problemas que eles sofrem.

Ao serem questionados, os entrevistados puderam expor suas percepções sobre a pobreza no município, bem como identificar possíveis causas, como a falta de emprego. Com base nas respostas, pôde-se verificar como mais problemáticas nove dimensões: saúde; trabalho e renda; habitação; segurança; educação; acesso a serviços básicos; preconceito; comer adequadamente e liberdade na comunidade.

Portanto, é possível verificar que a renda monetária não é a única dimensão em que os indivíduos sofrem privação. Existem

outras preocupações e problemas sofridos pela população de Silveira Martins. Na sequência do trabalho de pesquisa, por meio da execução das outras fases do método AF, será possível identificar em quais dimensões os indivíduos são mais privados.

REFERÊNCIAS

ALKIRE, S. **Choosing dimensions: the capability approach and multidimensional poverty**. Alemanha: Munich University Library, 2008. (Munich Personal RePEc Archive Paper n. 886). Disponível em: http://mpra.ub.uni-muenchen.de/8862/1/MPRA_paper_8862.pdf. Acesso em 15 de jan. 2012. Posted 26. May 2008 05:09 UTC

ALKIRE, S. Dimensions of human development. **World Development**, v. 30, n. 2, p. 180-205, 2002.

ALKIRE, S.; FOSTER, J. **Counting and multidimensional poverty**. Oxford: University of Oxford, 2007. (Oxford Poverty & Human Development Initiative Working Paper, n. 7).

ALKIRE, S.; FOSTER, J. **Designing the inequality-adjusted human development index (HDI)**. Oxford: University of Oxford, 2009. (Oxford Poverty & Human Development Initiative Working Paper, n. 37).

ATKINSON, A. B. Multidimensional deprivation: contrasting social welfare and counting approaches. **Journal of Economic Inequality**, v. 1, p. 51-65, 2003.

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. **Pobreza multidimensional no Brasil**. Brasília: IPEA, 2006. (Textos para discussão nº 1227).

BIBI, S. **Measuring poverty in a multidimensional perspective: a review of literature**. Quebec: Partnership for Economic Policy, 2005. (Poverty Monitoring, Measurement and Analysis Working Paper 2005-07).

BRASIL. **Decreto n. 6.917 de 30 de julho de 2009**. Altera os arts. 18, 19 e 28 do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família. Brasília: Presidência da República, 30 jul. de 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/legislacao-1/decretos/2009/Decreto%206917.pdf>>. Acesso em: 8 dez. 2011.

CODES, A. L. M. **A Trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa**. Brasília: IPEA, 2008. (Textos para discussão nº 1332).

COMIM, F.; BAGOLIN, I. Aspectos qualitativos da pobreza no Rio Grande do Sul. In: Encontro de Economia Gaúcha, 1, 2002, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: PUCRS, 2002. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/eeg/1/mesa_4_comim_bagolin.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2011.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE-eletrônica**, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2011.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL. **PIB Municipal RS – 2010**. Porto Alegre: FEE, 2010. Disponível em: <<http://www.fee.tcche.br>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E

ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 fev. 2012.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, v. 15, n. 1, p. 79-112, 2006.

KUHN, D. et al. A pobreza no Rio Grande do Sul: a heterogeneidade revelada pela abordagem das capacitações nos municípios gaúchos. **Teoria e Evidência Econômica**, v. 14, n. 26, p. 113-134, 2006.

MARIN, S. R.; OTTONELLI, J. Medida multidimensional de pobreza: um exercício em Palmeira das Missões – RS. **Revista Redes**, v. 13, n. 3, p. 241- 265, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Boletim Panorama Municipal: Silveira Martins – RS**. Brasília: MDS, 2012. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 17 fev. 2012.

OTTONELLI, J.; MARIN, S. R.; PORSSE, M.; GLASENAPP, S. A importância das medidas multidimensionais de pobreza para a administração pública: um exercício em Palmeira das Missões – RS. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS), 4, 2010, Lavras. **Anais**. Lavras: Enapegs, 2010.

PICOLOTTO, V. et al. Avaliação multidimensional da pobreza: um exercício piloto para Porto Alegre e Região Metropolitana. In: Encontro de Economia da Região Sul, 10, 2007, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: PUCRS, 2007.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Human Development Report 2007/2008: Fighting climate change – Human solidarity in a divided world.** New York: Oxford University Press, 2007.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Human development report 2010: the real wealth of nations – pathways to human development.** New York: Oxford University Press, 2010.

RAVALLION, M. **On multidimensional indices of poverty.** Washington: World Bank, 2010. (Policy Research Working Paper n. 5580).

ROLIM, C. Um índice de pobreza humana municipal para o Brasil. In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Regionais, 3, 2004, Belo Horizonte. **Anais.** Belo Horizonte: ABER, 2004.

SANTOS, Larissa Martins. **Pobreza como privação de liberdade: um estudo de caso na favela do Vidigal no Rio de Janeiro.** Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007.

SEN, A. K. Capability and well-being. In: NUSSBAUM, M.; SEN, A. (Ed.). **The quality of life.** Oxford: Oxford University Press, 1993. p. 30-53.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. K. **Desigualdade reexaminada.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEN, A. K. **Development as freedom.** New

York: Anchor Books, 1999.

SEN, A. K. **Poor, relatively speaking.** Oxford Economic Papers, v. 35, n. 2, p. 153-169, 1983.

SEN, A. K. **Poverty and famines: an essay an entitlement and deprivation.** Oxford: Clarendon Press, 1981.

SEN, A. K. **Rationality and freedom.** London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2002.

Notas

1. As autoras agradecem o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e a colaboração na pesquisa de campo de Alequessandra Medianeira Conceição Camargo.
2. Ver Alkire e Foster (2009) para o desenvolvimento de um Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado para refletir a distribuição das realizações do desenvolvimento humano entre a população e entre as dimensões.
3. Bibi (2005); Ravallion (2010); Comim e Bagolin (2002); Piccolotto et al. (2007); Marin e Ottonelli (2008); Ottonelli et al. (2010); Kageyama e Hoffmann (2006); Barros, Carvalho e Franco (2006) e Kuhn et al. (2006).
4. Para uma discussão sobre a abordagem do bem-estar social e a abordagem da contagem para a privação multidimensional, ver Atkinson (2003).
5. De acordo com a definição do Decreto n. 6.917, de 30 de julho de 2009, da Presidência da República, são consideradas extremamente pobres as famílias com renda familiar mensal per capita até R\$ 70,00 e pobres as famílias com renda até R\$ 140,00 (BRASIL, 2009).
6. Ver Ottonelli et al. (2010).
7. Também enfatizado por Ravallion (2010).